



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Atlântica Capitalização S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2009, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes.

**Resultado do Semestre**  
 A Atlântica Capitalização S.A. apresentou, no semestre, Lucro Líquido de R\$ 1.689 milhão (R\$ 413 mil em 2008), representando rentabilidade de 2,71% sobre o Patrimônio Líquido.

**Evento Societário**  
 No semestre, foi deliberado o seguinte assunto:  
 - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de fevereiro de 2009, os acionistas da Atlântica Capitalização S.A. deliberaram sobre o aumento de Capital Social, realizado pela Bradesco Capitalização S.A., mediante a emissão de 44.087.378 novas ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.  
 Mais informações sobre esse evento constam das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

**Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo**  
 A Atlântica Capitalização S.A. está em sintonia com as melhores práticas, bem como com as normas, regulamentações e resoluções, quando cabíveis, editadas pelos órgãos governamentais de controle, nacionais e internacionais, relativas à

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo. Adicionalmente, adota rigorosos controles e modernas ferramentas tecnológicas, sujeitas a constante aprimoramento e certificação, objetivando suportar o processo de monitoramento das diversas operações/ocorrências, com vistas a prevenir e combater situações caracterizadas na legislação como de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo.

**Lei de Governança Corporativa Norte-Americana Sarbanes-Oxley**  
 A Atlântica Capitalização S.A. obteve a Certificação da Lei Americana Sarbanes-Oxley (SOX), pelo terceiro ano consecutivo, ratificando a efetividade e eficácia dos controles que suportam a emissão das Demonstrações Financeiras (Seção 404).

**Controles Internos**  
 Durante o semestre, visando a atender as determinações legais sobre o tema, a Atlântica Capitalização S.A. prosseguiu com a avaliação e aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, em consonância com os princípios emanados pelos órgãos reguladores e em conformidade com a sistemática adotada pela Organização Bradesco.

**Agradecimentos**  
 A Atlântica Capitalização S.A. agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pelo apoio recebido.

São Paulo, 26 de agosto de 2009.

**Diretoria**

### BALANÇOS PATRIMONIAIS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Em reais)

	2009	2008		2009	2008
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>62.407.261</b>	<b>16.407.879</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>854.937</b>	<b>352.219</b>
Disponível	20.296	18.434	Contas a pagar	822.866	306.685
Caixa e bancos	20.296	18.434	Obrigações a pagar	108.121	109.646
Aplicações	62.284.602	16.324.055	Impostos e encargos sociais a recolher	70	3.393
Títulos de renda fixa	-	41.939	Impostos e contribuições	714.675	193.646
Títulos de renda variável	24.337.500	-	Provisões técnicas - capitalização	32.071	45.534
Quotas de fundos de investimentos	37.947.102	16.282.116	Provisão para resgates	32.071	45.416
Títulos e créditos a receber	97.341	37.265	Provisão para sorteio	-	1
Créditos tributários e previdenciários	97.341	37.265	Outras provisões	-	117
Despesas antecipadas	5.022	28.125	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.562.650</b>	<b>1.384.523</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.415.077</b>	<b>1.645.294</b>	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.562.650</b>	<b>1.384.523</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>2.415.077</b>	<b>1.645.294</b>	Contas a pagar	253.735	191.427
Títulos e créditos a receber	2.415.077	1.645.294	Tributos diferidos	253.735	191.427
Créditos tributários e previdenciários	1.106.162	452.198	Outros débitos	1.308.915	1.193.096
Depósitos judiciais e fiscais	1.308.915	1.193.096	Provisões judiciais	1.308.915	1.193.096
<b>PERMANENTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>62.404.751</b>	<b>16.316.431</b>
Investimentos	-	-	Capital social	60.800.000	10.800.000
Outros investimentos	801.724	801.724	Aumentos de capital em aprovação	500.000	-
Provisão para desvalorização	(801.724)	(801.724)	Reserva de capital	-	473.391
<b>TOTAL</b>	<b>64.822.338</b>	<b>18.053.173</b>	Reservas de lucros	327.940	4.629.752
			Ajustes com títulos e valores mobiliários	(912.337)	13
			Lucros acumulados	1.689.148	413.275
			<b>TOTAL</b>	<b>64.822.338</b>	<b>18.053.173</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Em reais)

	2009	2008
<b>Receitas líquidas com títulos de capitalização</b>	<b>19</b>	<b>(93)</b>
Variações das provisões técnicas	19	(93)
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(218.564)</b>	<b>(161.491)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	<b>(177.166)</b>	<b>(67.488)</b>
<b>Resultado das operações de capitalização</b>	<b>(395.711)</b>	<b>(229.072)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>3.201.950</b>	<b>849.250</b>
<b>Resultado operacional</b>	<b>2.806.239</b>	<b>620.178</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>2.806.239</b>	<b>620.178</b>
Imposto de renda	(693.955)	(149.493)
Contribuição social	(423.136)	(57.410)
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>1.689.148</b>	<b>413.275</b>
<b>Quantidade de ações</b>	<b>54.409.942</b>	<b>10.322.564</b>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>	<b>31,04</b>	<b>40,04</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Em reais)

	2009	2008
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões	(4.562)	(2.538)
Pagamentos de despesas e obrigações	(116.647)	(130.605)
Outros pagamentos operacionais	(59.350)	(61.777)
Constituição de depósitos judiciais	(38.763)	(26.093)
<b>Caixa (consumido) pelas operações</b>	<b>(219.322)</b>	<b>(221.013)</b>
Impostos e contribuições pagos	(1.041.082)	(346.567)
Investimentos financeiros:		
Aplicações	(116.831.697)	(25.000)
Vendas e resgates	73.346.444	984.941
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(44.745.657)</b>	<b>392.361</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento de capital	50.000.000	-
Pagamento de dividendos	(5.249.487)	(395.715)
<b>Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>44.750.513</b>	<b>(395.715)</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>4.856</b>	<b>(3.354)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	15.440	21.788
Caixa e equivalente de caixa no final do semestre	20.296	18.434
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>4.856</b>	<b>(3.354)</b>
Ativos livres no início do semestre	17.020.396	16.322.103
Ativos livres no final do semestre	62.220.460	16.232.985
<b>(Redução) aumento nas aplicações financeiras - recursos livres</b>	<b>45.200.064</b>	<b>(89.118)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Em reais)

	Capital social	Aumentos de capital em aprovação	Reserva de capital	Reserva legal	Reservas de lucros	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2008</b>	<b>10.800.000</b>	-	<b>473.391</b>	<b>305.835</b>	<b>4.323.917</b>	<b>11</b>	-	<b>15.903.154</b>
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	2	-	2
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	413.275	413.275
<b>Saldos em 30 de junho de 2008</b>	<b>10.800.000</b>	-	<b>473.391</b>	<b>305.835</b>	<b>4.323.917</b>	<b>13</b>	<b>413.275</b>	<b>16.316.431</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2009</b>	<b>10.800.000</b>	-	<b>473.391</b>	<b>354.549</b>	<b>4.323.917</b>	-	-	<b>15.951.857</b>
Aumentos de capital:								
AGE 09/02/2009	-	50.000.000	-	-	-	-	-	50.000.000
AGE 31/03/2009	-	500.000	(473.391)	(26.609)	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 3.251 de 27/05/2009	50.000.000	(50.000.000)	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos (R\$ 418,88 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(4.323.917)	-	-	(4.323.917)
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(912.337)	-	(912.337)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	1.689.148	1.689.148
<b>Saldos em 30 de junho de 2009</b>	<b>60.800.000</b>	<b>500.000</b>	<b>-</b>	<b>327.940</b>	<b>-</b>	<b>(912.337)</b>	<b>1.689.148</b>	<b>62.404.751</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Em reais)

**1. Contexto operacional**  
 A Empresa faz parte do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência e tem por objetivo social a exploração das operações de capitalização definidas na legislação vigente, operando em todo o território nacional. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**  
 As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, sendo adotadas pela primeira vez quando da elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), bem como com as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela SUSEP e CNSP. Estão sendo também apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pelas Circulares SUSEP nºs 371/2008 e 375/2008 e complementada pela Circular SUSEP nº 379, divulgada em 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores, que introduziu alterações na classificação das contas do balanço patrimonial, demonstração de resultados, excluindo a demonstração de origens e aplicações de recursos a partir do segundo semestre de 2008 e incluindo a demonstração de fluxo de caixa (Nota 15 (c)). Em decorrência, alguns saldos do semestre findo em 30 de junho de 2008, anteriormente publicado, foram reclassificados com o objetivo de proporcionar melhores condições de comparabilidade, e sua adoção não resultou alterações significativas.

**3. Resumo das principais práticas contábeis**

**(a) Caixa e equivalente de caixa**  
 Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**(b) Ativos circulante e não circulante - realizável a longo prazo**

**(i) Aplicações**  
 Conforme determinações da SUSEP, as sociedades de capitalização devem classificar os títulos e valores mobiliários em três categorias:  
 I - Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados;  
 II - Títulos disponíveis para venda - os títulos que não se enquadram nas categorias I e III; e  
 III - Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento.  
 Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são registrados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados pelo seu valor de mercado. Os títulos "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida ao resultado e os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

**(ii) Demais ativos**  
 Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes. Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da contribuição social para 15% são registrados até o limite das obrigações tributárias correspondentes.

**(c) Permanente**  
 Os investimentos são apresentados pelo custo de aquisição, ajustado ao seu valor de provável realização mediante constituição de provisão para desvalorização.

**(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**  
 Os valores dos ativos não financeiros da Empresa, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de *impairment*, que é reconhecido no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.  
 Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

**(e) Passivos circulante e não circulante - exigível a longo prazo**

**(i) Provisões técnicas**  
 As provisões técnicas para resgates e para sorteios são calculadas sobre os valores nominais dos títulos e atualizadas monetariamente, quando aplicável, com base em Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela SUSEP.  
 A provisão administrativa, apresentada na rubrica "Outras provisões", foi constituída para cobrir despesas administrativas dos planos. As provisões técnicas são apresentadas no passivo circulante em função do prazo de carência ser inferior a 12 meses.

**(ii) Demais passivos**  
 São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data de balanço. Foram constituídas provisões para imposto de renda, à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120.000 para o semestre, e para contribuição social sobre o lucro, à alíquota de 15% (até 30 de abril de 2008 à alíquota de 9%). A elevação da alíquota de contribuição social para empresas do setor financeiro, de seguros e de capitalização foi determinada pela Medida Provisória nº 413/2008 (convertida na Lei nº 11.727/2008), sendo seu cálculo efetuado de acordo com as normas emitidas pelas autoridades tributárias.  
 De acordo com a Medida Provisória nº 449/2008, (convertida na Lei nº 11.941/2009), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do semestre, introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/2007 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

**(f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 489/2005.

**(i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em notas explicativas quando aplicável.**

**(ii) Passivos contingentes - são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.**

**(iii) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.**

**(g) Apuração do resultado**  
 As receitas dos planos de capitalização são reconhecidas contabilmente quando de seu efetivo recebimento e as correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas.  
 As despesas com colocação de títulos, classificadas como "Despesas de comercialização", são reconhecidas contabilmente quando incorridas. As despesas de corretagem são registradas quando do efetivo recebimento das contribuições aos planos de capitalização.  
 Os pagamentos dos resgates por sorteios são considerados como despesas do mês em que estes se realizam.

**(h) Estimativas contábeis**  
 A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido e provisões técnicas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa essas estimativas e premissas periodicamente.



4. Aplicações	2009	%	2008	%
<b>(a) Resumo da classificação das aplicações financeiras</b>				
<b>Títulos para negociação</b>	<b>37.947.102</b>	<b>60,93</b>	<b>16.282.116</b>	<b>99,74</b>
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	37.947.102	60,93	16.282.116	99,74
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>24.337.500</b>	<b>39,07</b>	<b>41.939</b>	<b>0,26</b>
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	-	-	41.939	0,26
Títulos de renda variável - ações	24.337.500	39,07	-	-
	<b>62.284.602</b>	<b>100,00</b>	<b>16.324.055</b>	<b>100,00</b>

**(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título**  
 Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimento. Os títulos classificados como "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. Os títulos que pertencem a fundos de investimento abertos foram considerados com base no percentual de participação da Empresa no fundo. O valor de mercado das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores de mercado obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA).

Títulos	1 a 30 dias ou sem vencimento	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de referência (i)	Ajuste da avaliação a mercado
<b>Títulos para negociação</b>	<b>24.291.268</b>		<b>13.655.834</b>	<b>37.947.102</b>	<b>37.947.102</b>	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	13.165.461	13.165.461	13.165.461	-
Letras do tesouro nacional	724.996	-	490.373	1.215.369	1.215.369	-
Notas do tesouro nacional	23.566.272	-	-	23.566.272	23.566.272	-
<b>Títulos disponíveis para venda</b>	<b>24.337.500</b>			<b>24.337.500</b>	<b>25.858.061</b>	<b>(1.520.561)</b>
Ações	24.337.500	-	-	24.337.500	25.858.061	(1.520.561)
<b>Total em 2009</b>	<b>48.628.768</b>		<b>13.655.834</b>	<b>62.284.602</b>	<b>63.805.163</b>	<b>(1.520.561)</b>
<b>Total em 2008</b>	<b>12.204.429</b>	<b>41.939</b>	<b>4.077.687</b>	<b>16.324.055</b>	<b>16.324.034</b>	<b>21</b>

(i) Representa o valor de mercado para os títulos classificados como "para negociação" e o valor de custo atualizado para os demais.

#### (c) Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2009, a Empresa possuía em fundos de investimentos contratos futuros de DI, R\$ 6.737.306 posição comprada como valor de referência, sendo que os diferenciais a pagar ou a receber dos contratos futuros são liquidados diariamente. O objetivo de atuação no mercado de derivativos, seja através de posições ativas ou proteção (*hedge*), sempre visa minimizar a exposição a riscos de mercado, de moeda ou taxa de juros e proteção das posições detidas à vista. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e o custodiante, Banco Bradesco S.A., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANDIMA e Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F) para cálculos e apuração constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da ANBID. Todas as operações de derivativos são registradas e negociadas na BM&F, bem como na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). O monitoramento das operações no mercado de derivativos é feito pelo gestor dos fundos de forma ativa, através da mensuração do risco através do *Value at Risk* (VaR), parâmetro de referência para os ajustes necessários de posições, em consonância com as políticas de controle previamente estabelecidas e adotadas pelo gestor. A Área de Risco do gestor é responsável pela quantificação e avaliação diária das variáveis de risco de mercado, apurando o VaR para cada um dos portfólios.

#### 5. Créditos tributários e previdenciários e provisão para tributos diferidos

**(a) Ativo circulante**  
 Referem-se aos créditos tributários do imposto de renda e contribuição social diferidos, equivalentes a R\$ 62.855 (R\$ 25.610 em 2008) e R\$ 34.486 (R\$ 11.655 em 2008), respectivamente.

#### (b) Realizável a longo prazo

Referem-se aos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos, equivalentes a R\$ 696.326 (R\$ 328.480 em 2008) e R\$ 409.836 (R\$ 123.718 em 2008), respectivamente, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis a diferenças temporárias.

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e sua previsão de realização, fundamentada por estudo técnico, pode ser assim demonstrada:

	2009	2010	2011	2012
Previsão de realização - %	15,16	16,00	68,00	0,84

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários calculado à taxa média de captação da Organização Bradesco, líquido dos efeitos tributários, monta a R\$ 558.121 (R\$ 36.677 em 2008).

#### (c) Passivo exigível a longo prazo

Referem-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, registrados para refletir, quando aplicável, os efeitos fiscais futuros referentes a ajustes de títulos e valores mobiliários e atualização monetária de depósito judicial, equivalentes a R\$ 158.584 (R\$ 139.326 em 2008), e R\$ 95.151 (R\$ 52.101 em 2008), respectivamente.

#### 6. Depósitos judiciais e fiscais

Referem-se a depósitos judiciais e fiscais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, no valor de R\$ 1.308.915 (R\$ 1.193.096 em 2008), substancialmente coberto por provisões (nota 10).

#### 7. Transações e saldos com partes relacionadas

	Ativo (Passivo)	(Despesa)
<b>Disponibilidades</b>		
Banco Bradesco S.A.	6.947	-
<b>Valores a pagar</b>	(i)	
Bradesco Seguros S.A.	(150)	-
<b>Outras despesas</b>	(ii)	
Banco Bradesco S.A.	-	(6.738)
<b>Em 2009</b>	<b>6.797</b>	<b>(6.738)</b>
<b>Em 2008</b>	<b>(47.717)</b>	<b>(6.738)</b>

(i) O rateio das despesas administrativas compartilhadas efetuado através de aplicações de percentuais de alocação para cada empresa, definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência.

(ii) Despesas com taxa de custódia e serviços de ações escriturais.

#### 8. Provisões técnicas

(a) Composição	2009	2008
<b>Provisão para resgates</b>	<b>32.071</b>	<b>45.416</b>
Provisão matemática para resgate	-	31.374
Provisão para resgate de títulos vencidos	32.071	14.042
<b>Provisão para sorteios</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Provisão para sorteios a realizar	-	1
<b>Outras provisões</b>	<b>-</b>	<b>117</b>
Provisão administrativa	-	117
<b>Saldos em 30 de junho</b>	<b>32.071</b>	<b>45.534</b>

(b) Movimentação	2009	2008
<b>No início do semestre</b>	<b>39.125</b>	<b>46.791</b>
(+/-) Constituições/Resgates/Sorteios	(7.419)	(2.446)
(+/-) Atualização monetária e juros	365	1.189
<b>No final do semestre</b>	<b>32.071</b>	<b>45.534</b>

#### 9. Garantia das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas correspondem a R\$ 64.142 (R\$ 91.070 em 2008), em quotas de fundo de investimento.

#### 10. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

##### (a) Ativos contingentes

A Empresa não tem ativos contingentes, passíveis de registros contábeis ou de divulgação.

##### (b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Empresa entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro.

Não existem em curso passivos contingentes relevantes para os quais as chances de perdas sejam prováveis que não tenham sido razoavelmente estimados.

#### i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Empresa está discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

A principal questão é:

CSLL - dedutibilidade da base de cálculo do IR - R\$ 1.308.915 (R\$ 1.193.096 em 2008) - pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º da Lei nº 9.316/1996, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da Empresa.

(ii) Movimentação das provisões fiscais constituídas	2009	2008
<b>No início do semestre</b>	<b>1.233.471</b>	<b>1.134.634</b>
Constituições	38.763	26.092
Atualização monetária	36.681	32.370
<b>No final do semestre</b>	<b>1.308.915</b>	<b>1.193.096</b>

#### 11. Patrimônio líquido

##### (a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 54.409.942 (10.322.564 em 2008) ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

Em 29 de janeiro de 2009, foram pagos dividendos no montante de R\$ 4.323.917 (R\$ 418,88 por lote de mil ações), oriundos do saldo de Reservas de lucros - reserva estatutária.

##### (b) Atos societários

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de fevereiro de 2009, os acionistas da Atlântica Capitalização S.A. deliberaram sobre o aumento de capital social, no montante de R\$ 50.000.000, realizado pela Bradesco Capitalização S.A., mediante a emissão de 44.087.378 novas ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal. Este ato societário foi aprovado pela portaria SUSEP nº 3.251, de 27 de maio de 2009;

(ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2009, os acionistas da Empresa deliberaram, entre outros assuntos, o aumento de capital no montante de R\$ 500.000, mediante a capitalização do saldo das contas Reserva de capital - reserva de doações e subvenções para investimentos - R\$ 473.391; e parte do saldo da conta Reservas de lucros - reserva legal - R\$ 26.609, sem emissão de ações.

##### (c) Reserva legal

Constituída, ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

##### (d) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada no final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

#### 12. Detalhamento das contas da demonstração de resultado

(a) Despesas administrativas	2009	2008
Despesas com serviços de terceiros	(28.868)	(28.705)
Despesas com localização e funcionamento	(7.810)	(3.147)
Despesas com donativos e contribuições	(14.738)	(17.713)
Despesas com publicações	(166.726)	(103.781)
Despesas administrativas diversas	(422)	(8.145)
	<b>(218.564)</b>	<b>(161.491)</b>

##### (b) Despesas com tributos

	2009	2008
Despesas com PIS	(20.951)	(5.622)
Despesas com COFINS	(128.931)	(34.600)
Taxa de fiscalização	(26.684)	(26.684)
Outras despesas com tributos	(600)	(582)
	<b>(177.166)</b>	<b>(67.488)</b>

##### (c) Resultado financeiro

(i) Receitas financeiras	2009	2008
Receitas com fundos de investimentos	2.425.457	861.878
Receitas com títulos de renda fixa - públicos	1.128	3.219
Receitas com títulos de renda variável	794.676	-
Atualização monetária de depósitos judiciais fiscais	36.681	32.370
	<b>3.257.942</b>	<b>897.467</b>

##### (ii) Despesas financeiras

Atualização monetária de contingências passivas	(36.681)	(32.370)
Despesas financeiras com provisões técnicas - capitalização	(365)	(1.189)
Despesa com agentes de custódia e câmara de liquidação de ativos	(9.818)	(9.235)
Outras despesas	(9.128)	(5.423)
	<b>(55.992)</b>	<b>(48.217)</b>
	<b>3.201.950</b>	<b>849.250</b>

#### 13. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas fiscais vigentes, e a despesa contabilizada em resultado são como seguem:

	2009	2008
<b>Resultado antes de impostos e participações</b>	<b>2.806.239</b>	<b>620.178</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 15% respectivamente (1)	(1.122.496)	(223.515)
Efeito do diferencial da alíquota da contribuição social (2)	(2.294)	13.016
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis	(3.603)	(8.404)
Outros valores	11.302	12.000
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>(1.117.091)</b>	<b>(206.903)</b>

(1) A partir de 1º de maio de 2008, a alíquota da contribuição social para as empresas dos setores financeiro e seguros foi elevada para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413/2008 (convertida na Lei nº 11.727/2008), permanecendo a 9% para as demais empresas; e

(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

#### 14. Cálculo do patrimônio líquido ajustado

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado em 30 de junho:

	2009	2008
<b>Patrimônio líquido contábil</b>	<b>62.404.751</b>	<b>16.316.431</b>
Despesas antecipadas	(5.022)	(28.125)
<b>Patrimônio líquido ajustado</b>	<b>62.399.729</b>	<b>16.288.306</b>

#### 15. Outras informações

(a) Nos termos do artigo 275, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, informamos que as demonstrações financeiras consolidadas de 30 de junho de 2009 da Bradesco Seguros S.A., empresa líder do Grupo Bradesco Seguros e Previdência foram publicadas nesta mesma data no Jornal do Commercio, Diário do Comércio, Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

(b) O resumo do relatório do Comitê de Auditoria - Resolução CNSP nº 118/2004 foi divulgado junto com as demonstrações financeiras do Banco Bradesco S.A. (controlador indireto) em 03 de agosto de 2009.

(c) Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/2007, que altera a Lei das Sociedades por Ações, quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir de 2008.

- O conceito de Ajuste a Valor Presente previsto pela Lei nº 11.638/2007 não se aplica para as operações de seguros, resseguros, previdência e capitalização conforme art. 4º da Circular SUSEP nº 379/2008. Não obstante, a Administração efetuou análise e concluiu que essas operações, bem como as demais operações realizadas pela Empresa, já estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização. Dessa forma, o Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo, bem como para as operações de curto prazo, não ocasionou ajustes para a Empresa;
- Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido;
- Alteração do tratamento dos incentivos fiscais, que passa a transitar pelo resultado, facultando sua destinação para reservas de lucros - reserva de incentivos fiscais e excluída da base de dividendos mínimos obrigatórios;
- Introdução de demonstração do fluxo de caixa, nos termos do Pronunciamento CPC 03;
- Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido da Atlântica Capitalização S.A. pela adoção da Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, não foram relevantes.

#### DIRETORIA

Marco Antonio Rossi	-	Diretor-Presidente
Samuel Monteiro dos Santos Junior	-	Diretor Vice-Presidente Executivo
Norton Glabes Labes	-	Diretor Gerente
Marcos Suryan Neto	-	Diretor Gerente
Ricardo Alahmar	-	Diretor
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	-	Diretor

Jair de Almeida Lacerda Junior
Atuário - MIBA nº 809
Getúlio Antônio Guidini
Contador
CRC-RS 1RS034447/O-7S-SP

#### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas  
 Atlântica Capitalização S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Atlântica Capitalização S.A. em 30 de junho de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos semestres findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da empresa, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as

informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Atlântica Capitalização S.A. em 30 de junho de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos semestres findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de agosto de 2009

PRICEWATERHOUSECOOPERS  
 Auditores Independentes  
 CRC2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira  
 Contador  
 CRC 1SP127241/O-0